



FHSTE-RS
Assistente Social

LÍNGUA PORTUGUESA

Língua Portuguesa e Interpretação de Textos: Leitura e interpretação de textos literários e não literários – descrição, narração, dissertação, etc.	1
Fonética: Encontros vocálicos – ditongo, tritongo, hiato. Encontros consonantais. Dígrafos. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas - monossílabas, dissílabas, trissílabas, polissílabas. Divisão silábica. Sílabas tônicas. Classificação das palavras quanto ao acento tônico - oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas.....	9
Ortoepia. Prosódia.....	10
Ortografia.	11
Acentuação Gráfica.....	13
Crase, uso do acento indicativo de crase.....	15
Notações léxicas, Abreviatura, siglas e símbolos.	16
Morfologia: Estrutura das palavras – raiz, radical, palavras primitivas e derivadas, palavras simples e compostas. Formação das palavras – derivação, composição, redução, hibridismos. Sufixos. Prefixos. Radicais.	19
Classificação e flexão das palavras - substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, etc. Uso morfossintático dos pronomes.....	21
Semântica: Significação das palavras – sinônimos e antônimos.....	33
Análise sintática - frase, oração e período. Termos Essenciais da Oração - sujeito, predicado. Termos integrantes e acessórios da oração - objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial, apostrofo, vocativo, etc. Classificação das orações: principal, coordenadas, subordinadas, reduzidas, etc.	34
Sintaxe de regência: nominal e verbal.	39
Sinais de Pontuação – emprego da vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, parênteses, travessão, aspas, colchetes, asterisco, parágrafo.....	42
Sintaxe de concordância – nominal e verbal.....	47
Regência nominal e verbal.....	49
Sintaxe de colocação.	50
Modos e tempos verbais, infinitivo, gerúndio e particípio.	51
Exercícios.....	56
Gabarito.....	66

SUMÁRIO



MATEMÁTICA

Operações fundamentais.	1
Princípios de contagem e probabilidade.	5
Conjuntos numéricos.	11
Sistema métrico decimal. Sistemas de medida de tempo.	15
Fatoração números primos.	21 24
Frações.	25
Expressões algébricas.	27
Produtos notáveis.	31
Juros simples e compostos.	33
Razão e proporção. regra de três simples e composta.	35
Potenciação.	40
Radiciação.	44
Porcentagem.	49
Geometria plana e espacial. Geometria analítica: estudo de ponto, reta e circunferência.	52
Trigonometria: relações no triângulo retângulo.	60
Funções afim, quadrática, exponencial, trigonométrica e logarítmica.	64
Equações e inequações de 1º e 2º graus.	80
Sistemas lineares.	90
Resolução de Problemas.	97
Raciocínio lógico.	98
Diagramas lógicos.	99
Máximo divisor comum e Mínimo múltiplo comum.	103
Progressão aritmética. Progressão geométrica.	105
Números complexos.	109
Logaritmos.	113
Análise combinatória.	114
Matrizes e determinantes.	114
Estatística.	121
Exercícios.	123
Gabarito.	130

SUMÁRIO



INFORMÁTICA

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática, incluindo hardware, impressoras, scanners e multifuncionais.	1
Conhecimentos sobre Segurança da Informação.	6
Sistemas Operacionais Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8 e Windows 10. Teclas de Atalho do Windows e de seus aplicativos.	10
Aplicativos do Microsoft Office 2007 e superiores (Word, Excel, Outlook e Power Point)	43
Navegação na Internet (Navegador Internet Explorer 9, Mozilla Firefox 38, Google Chrome 43 e suas respectivas versões posteriores).	86
Noções de segurança na internet.....	92
Noções sobre correio eletrônico.	95
CERT.BR. Cartilha de Segurança para Internet.	98
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda integrada e on-line: Windows 7, 8 e 10, Internet Explorer, Outlook, Excel, Word e PowerPoint.	98
MOZILLA FIREFOX. Ajuda do Firefox (Ajuda integrada e on-line).	99
GOOGLE CHROME. Ajuda integrada e on-line. - Publicações e legislações que contemplem os conteúdos listados	99
Exercícios.....	101
Gabarito.....	105

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal, (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41; do art. 196 ao 200).....	1
Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	27
Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências	45
Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências.	46
Lei Nº 12.842, de 10 de julho de 2013.	53
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	55
ERECHIM. Lei nº 3.431, de 27 de dezembro de 2001. Autoriza o poder executivo municipal a criar a fundação hospitalar Santa Terezinha de Erechim e dá outras providências.	86

SUMÁRIO



ERECHIM. Lei nº 3.488, de 24 de julho de 2002. Institui os estatutos da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim.	90
ERECHIM. Lei nº 5.588, de 19 de março de 2014. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim e dá outras providências.	97
Exercícios	100
Gabarito.....	104

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: dimensões históricas, teórico metodológicas e ético-políticas no contexto atual do Serviço Social	1
Serviço Social e família: diversidade e multiplicidade dos arranjos familiares.....	4
Questão social e Serviço social.....	5
PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: Planejamento Estratégico e Participativo, monitoramento e avaliação	10
Conhecimento sobre Programas e Projetos Sociais vigentes.....	12
Processo de trabalho do Assistente Social	13
Instrumentalidade do Serviço Social	15
Lei nº 8.069 de 13/07/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	21
Lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social	86
NOB / SUAS	102
NOB-RH / SUAS.....	141
Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais	170
Lei nº 7.853 – Dispõe sobre o apoio a pessoa portadora de deficiência	171
Código de Ética Profissional.....	175
Lei nº 8.662/93 – Regulamenta a Profissão de Assistente Social.....	179
Lei nº 10.741 de 01/10/2003 – Estatuto do Idoso	183
Decreto nº 6.214 de 26/09/2007 – Regulamenta o Benefício da Prestação Continuada	202
Exercícios	216
Gabarito.....	222

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.



Matemática

As operações matemáticas abrangem os cálculos que são utilizados para a resolução das equações. Basicamente têm-se a adição, a subtração, a divisão e a multiplicação, que, apesar de abrangerem um raciocínio simples, são de suma importância para realização de qualquer cálculo matemático, como por exemplo, na tabuada. As escolas já apresentam esses conteúdos nas séries iniciais e à medida que os alunos vão avançando compreendem os conceitos mais complexos.

Adição

Na adição existe o cálculo de adicionar números naturais a outros. Essa operação matemática também é conhecida popularmente como soma. O resultado final da adição é chamado de total ou soma e os números utilizados são as parcelas. O operador aritmético, ou seja, o sinal que indica o seu cálculo é o (+). Observe o exemplo:

$$6 \text{ (parcela)} + 2 \text{ (parcela)} = 8 \text{ (soma ou total)}$$

As propriedades da adição são:

- Elemento neutro: zero, ou seja, qualquer número somado a zero terá como resultado ele mesmo. Ex.: $6 + 0 = 6$.

- Comutatividade: a ordem de duas parcelas não altera o resultado final. Ex.: $8 + 2 = 10$ e $2 + 8 = 10$.

- Associatividade: a ordem de mais de duas parcelas também não altera o resultado, mas é necessário considerar a regra do uso dos parênteses, que significa que deve-se iniciar a adição a partir do que está dentro deles. Ex.: $8 + (2 + 1) = 11$ e $(8 + 2) + 1 = 11$.

- Números negativos e positivos: os números positivos e negativos podem ser somados, mas existem algumas regras que devem ser consideradas. Quando os números possuem sinais diferentes (negativos e positivos) o resultado acompanhará o sinal do número maior. Ex.: $(-3) + 4 = 1$. Já no caso de dois números negativos, o resultado também será negativo. Ex.: $(-8) + (-7) = -15$.

Subtração

A subtração abrange a redução de um número por outro. Os seus elementos são: minuendo, subtraendo e diferença ou resto. O (-) é o sinal utilizado na operação. Veja o exemplo:

$$8 \text{ (minuendo)} - 2 \text{ (subtraendo)} = 6 \text{ (diferença ou resto)}$$

As propriedades da subtração são:

- O resultado é alterado no caso de mudança na ordem de apresentação dos valores, e nesse caso a diferença terá o sinal trocado. Ex.: $8 - 2 = 6$ é diferente de $2 - 8 = -6$.

- Não existe elemento neutro.

Multiplicação

A Multiplicação está intimamente relacionada à adição, pois pode-se dizer que ela é a soma de um número pela quantidade de vezes que deverá ser multiplicado. O símbolo mais conhecido é o (x), mas muitas pessoas utilizam o (*) ou (.) para representar essa operação. Os nomes dados aos seus elementos são fatores e produtos. Vejamos um exemplo:

$$4 \text{ (fator)} \times 4 \text{ (fator)} = 16 \text{ (produto)}$$

Observe que o exemplo também poderia ser representado: $4 + 4 + 4 + 4 = 16$.

As propriedades da Multiplicação são:



Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete.2

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.

1 <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

2 <https://www.chipart.com.br/gabinete/gabinete-gamer-gamemax-shine-g517-mid-tower-com-1-fan-vidro-temperado-preto/2546>

**TÍTULO I****DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.



Conhecimentos Específicos

O Brasil apresenta hoje, em termos quantitativos, o segundo corpo profissional de assistentes sociais no mundo, superado apenas pelo contingente de profissionais dos Estados Unidos da América. A enorme expansão das universidades privadas, de cunho empresarial, que se verificou a partir de 1997, é muito responsável pelo grande crescimento da categoria profissional nos últimos dez anos¹.

Desde a sua origem, a formação do assistente social teve nível universitário no Brasil e, já na entrada dos anos 1960, estava regulamentada a profissão, ou seja: o Estado, mediante diplomas legais, estabeleceu os requisitos, as funções, atribuições e direitos dos profissionais de Serviço Social, criando as autarquias responsáveis pelo controle do exercício profissional, o então Conselho Federal de Assistentes Sociais/CFAS, mais ou menos equivalente, em Portugal, às ordens dos médicos e dos advogados, com suas delegações regionais, os então Conselhos Regionais de Assistentes Sociais/CRAS.

Esta organização legal da profissão foi alterada em 1993, com uma nova Lei de Regulamentação da Profissão, vigente até hoje e que atende aos interesses da categoria profissional; por esta lei, o CFAS e os CRAS foram transformados no sistema Conselho Federal de Serviço Social-Conselhos Regionais de Serviço Social/CFESS-CRESS. Mas a organização dos assistentes sociais brasileiros estende-se para além do sistema CFESS/CRESS.

Ademais da existência de um pequeno número de sindicatos profissionais, reunidos na Federação Nacional dos Sindicatos de Assistentes Sociais/FENAS, duas importantes entidades articulam as relações institucionais da categoria profissional: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social/ENESSO, vinculada à União Nacional dos Estudantes/UNE.

A ABEPSS, cujas origens remontam aos anos 1940, é constituída por docentes de cursos de Serviço Social e ela livremente associados e é o espaço institucional em que se discutem e se formulam as orientações gerais para a formação profissional; e, neste âmbito, a ABEPSS é reconhecida pelo Ministério da Educação como o interlocutor legal para os assuntos universitários. Quanto à ENESSO, é a representação nacional dos estudantes de Serviço Social nos fóruns acadêmicos e políticos da categoria profissional.

Por outra parte, é de destacar o papel da pós-graduação no Serviço Social brasileiro. Surgindo no início dos anos 1970, os cursos de pós-graduação consolidaram-se a partir de meados dos anos 1980, seja em nível de mestrado, seja em nível de doutorado. Oferecidos hoje, especial, mas não exclusivamente, nas universidades públicas, constituem o mais desenvolvido sistema de pós-graduação da América Latina, com amplos intercâmbio e reconhecimento internacionais.

A ênfase na investigação levou as agências nacionais de fomento à investigação a conferirem ao Serviço Social o status de área de produção de conhecimento, com financiamento sistemático por parte do governo; e a ABEPSS dispõe de um organismo voltado especificamente para a política de investigação, o Centro de Pesquisa em Serviço Social e Política Social/ CEDEPSS, que a cada dois anos promove os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS. Não é casual, portanto, o grande volume de livros, periódicos acadêmicos e revistas profissionais que circulam no Brasil, onde há várias editoras especializadas na divulgação de materiais do Serviço Social.

CFESS, CRESS, ABEPSS, CEDEPSS e ENESSO têm direções eleitas por voto direto e com mandatos de três anos. Sem prejuízo da sua autonomia e de suas iniciativas próprias, elas funcionarem de modo articulado.

Apesar do seu relevante desenvolvimento nos últimos trinta anos, o Serviço Social brasileiro confronta-se hoje não apenas com sérios desafios, confronta-se com verdadeiros dilemas, cuja solução demandará esforços coletivos e muita imaginação criadora, além de condições sócio-políticas favoráveis. De qualquer forma, nos círculos internacionais, nos últimos anos, o Serviço Social brasileiro deixou de ser um fenômeno do chamado Terceiro Mundo, tornou-se um interlocutor expressivo do diálogo mundial do Serviço Social.

É esta inserção diferenciada do Serviço Social brasileiro no debate internacional da profissão que justifica o interesse que tem despertado o seu projeto ético-político profissional.

¹ Netto, José Paulo. O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. Lusíada. Intervenção Social, Lisboa, n.º 42/45 (2º semestre de 2013 a 1º semestre de 2015).